

**Exame Organização Administrativa  
Mestrado em Prática Jurídica**

**Responde a três de entre as seguintes questões (6 valores cada):**

- 1.** Diferenças entre a Administração Autónoma e a Administração Independente

*Conceito de administração autónoma, administração que prossegue interesses próprios, sujeição a tutela e exclusão da superintendência, tipologia da administração autónoma e diferentes intensidades de tutela do ponto de vista constitucional sobre autarquias locais e sobre associações públicas, menção aos quadros legais; administração independente – conceito e origem, diferente base constitucional diversa da tripartição do art. 199.º da CRP, origem – conflitos de interesses económicos e e protecção dos direitos fundamentais, exclusão de tutela e superintendência sobre âmbito nuclear da regulação, Lei-Quadro e seu regime*

- 2.** Impacto da delegação de poderes na hierarquia

*Conceito de delegação de poderes, e seu regime no CPA, distinção de figuras afins, distinção entre delegações hierárquicas e não hierárquicas, conceito de hierarquia, poderes do superior hierárquico, base constitucional e legal da hierarquia, teses do congelamento ou suspensão da hierarquia*

- 3.** Competências exclusivas e princípio da unidade da Administração

*Conceito de competência, distinção entre competência separada, reservada e exclusiva, discussão das teses sobre presunção no sentido da competência exclusiva - à luz da unidade da administração e da legitimidade democrática subjacente - ou presunção no sentido da competência separada - à luz da desconcentração*

- 4.** Limites à tutela na Administração Autónoma, diferenças e semelhanças no regime constitucional e legal entre a tutela sobre as autarquias locais da tutela sobre as associações públicas

*Identificação das bases constitucionais e legais do regime da tutela sobre as autarquias locais, limitação a tutela de legalidade, discussão sobre limitação a tutela inspectiva, teses que admitem tutela integrativa e revogatória, distinção entre tutela e concurso de competência em situações de concorrência de interesse nacional e interesses próprios, regime legal aplicável as associações de municípios e freguesias, tendencial equiparação constitucional e legal, discussão sobre imperatividade constitucional do mesmo regime sobre as outras associações públicas, quando de base democrática*

5. Delegação de poderes, delegação tácita, representação e concessão; diferenças e semelhanças

*Conceito de delegação de poderes, regime legal no CPA e noutras leis (LOG, base habilitante para delegação em Institutos Públicos, LAL), delegação tácita ope legis, discussão sobre aspectos do regime jurídico (avocação, etc.), distinção da gestão do procedimento, distinção da representação que actua em nome próprio, diferença para a concessão*

6. Conceito de Administração indirecta e regime da tutela e superintendência sobre a mesma

*Administração que prossegue fins do Estado, sujeição a tutela e superintendência, base constitucional no art. 199.º, bases legais na LQIP e LEP, tutela de legalidade e de mérito, regimes gerais*

**(2 valores redação e sistematização)**